

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (PÔSTER)

NOME: LETÍCIA CASTRO SALVIANO

TÍTULO: CORONELISMO ELETRÔNICO- MÍDIA, PODER E POLÍTICA NO CENÁRIO MINEIRO

AUTORES: JANAÍNA VISIBELLI BARROS, LETÍCIA CASTRO SALVIANO, SALVIANO, LETÍCIA CASTRO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: MÍDIA, PODER, POLÍTICA, INTERIOR, MINAS GERAIS

RESUMO

O "coronelismo eletrônico" é um sistema de reciprocidade existente entre organizações detentoras de outorgas de radiodifusão no Brasil e representantes políticos das esferas federais, que utilizam das concessões como moeda de troca na manutenção de seus poderes locais. O presente trabalho objetiva realizar um levantamento sobre as organizações detentoras das concessões de TV Educativa em Minas, a fim de verificar se e em que medida o controle dos meios de produção da comunicação se relacionam com o poder político e econômico regional. Nesta segunda etapa da pesquisa, busca-se observar se há conglomerados de mídias ligados a estas organizações e mapeá-los. As metodologias usadas foram (i) pesquisa bibliográfica com base prevaiente, nos autores Victor Nunes Leal (1948), Venício Arthur Lima (2011) e Susy dos Santos (2006); (ii) levantamento das TVEs atuantes no Estado de Minas Gerais a partir da lista publicada pelo Ministério das Comunicações em 2011 e (iii) "escavação de dados" destas organizações, na internet, mediante dois sites: www.consultasocio.com e o www.empresasmg.com. Feito o levantamento das organizações detentoras das outorgas encontramos 52 geradoras de conteúdo, destas 34 participam de conglomerado de mídia, 4 não têm e 18 não foram encontrados. Os conglomerados são divididos nas categorias, 11 rádios e TVs, 7 TVs, 12 rádios, 1 jornal impresso e 1 jornal online. A pesquisa, ainda em andamento, busca saber se as organizações detentoras de outorgas de TVE estão ligadas a políticos profissionais, nesta etapa foram descobertos 17 TVEs que têm ligação com políticos, 2 não têm, 5 não foram encontrados e 25 ainda não foram verificados. A pesquisa tem previsão de duração até 2020, uma vez que a busca pelos dados solicita investigação de fôlego, cruzamento de informações dos radiodifusores e seus dirigentes, pois há várias formas usadas pelos "donos de mídia" para burlar a legislação que impede parlamentares deterem outorgas e conglomerados de mídia.